8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
(RESIDUAL, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Rua Mário Ribeiro, nº 261 – Bairro Centro – Guarujá/SP

CEP: 11410-190 – Tel: (0xx13) 3341-1660

Fax : (0xx13) 3352-3861

e-mail : elawyer@mp.sp.gov.br

Ofício nº 292/18

Inquérito Civil nº 14.0278.00928/2018

Interessado: Prefeito de Guarujá

Objeto: Criação de lei municipal estabelecendo os requisitos para autorização, funcionamento e fiscalização de Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI)

Guarujá, 02 de maio de 2018.

I - O **Ministério Público do Estado de São Paulo**, pelo promotor de Justiça natural *infra* assinado, no exercício de suas funções institucionais e considerando:

- a) a **inexistência** de lei local estabelecendo os requisitos para autorização, funcionamento e fiscalização de Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI);
- b) a **ausência** de **clareza** no tratamento da matéria decorrente da **evidente dispersão** da disciplina em âmbito legislativo local;

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
(RESIDUAL, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Rua Mário Ribeiro, nº 261 – Bairro Centro – Guarujá/SP

CEP: 11410-190 – Tel: (0xx13) 3341-1660

Fax : (0xx13) 3352-3861

e-mail : elawyer@mp.sp.gov.br

- c) a **ausência** de regulamentação de questões de **grande** importância e **pertinência** para o assunto, como a criação de órgão fiscalizatório próprio permanente de Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI);
- d) os **indesejáveis riscos** que a **ausência** de clareza no tratamento da matéria em âmbito legislativo local traz aos idosos em situação de acolhimento, na medida em que não permite a salutar e pertinente atuação do Município por meio de seu *police power*;
- e) a **salutar** e **pertinente** intervenção do poder de polícia administrativa *in casu* como forma de **contenção** dos **abusos** do direito individual que coloquem em risco a vida e a integridade de idosos em situação de acolhimento;
- f) que, nas palavras de MARCELO CAETANO, poder de polícia é o “modo de atuar de autoridade administrativa, que consiste em **intervir** no exercício das atividades **individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais**, tendo por objeto **evitar** que se produzam, ampliem ou generalizem os **danos sociais** que as leis procuram prevenir” ⁽¹⁾;

⁽¹⁾ conforme DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO *in* Curso de Direito Administrativo, Parte Introdutória, Parte Geral e Parte Especial, 12ª edição, 2002, Editora Forense, página 385.

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
(RESIDUAL, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Rua Mário Ribeiro, nº 261 – Bairro Centro – Guarujá/SP

CEP: 11410-190 – Tel: (0xx13) 3341-1660

Fax : (0xx13) 3352-3861

e-mail : elawyer@mp.sp.gov.br

- g) a evidente **conveniência** da **consolidação** da matéria em âmbito local, a bem da **certeza e segurança jurídica**, sobretudo ⁽²⁾, num verdadeiro exercício de profilaxia legislativa, com sabidos **positivos** reflexos para a sociedade;
- h) os **indesejáveis riscos** que a existência de disposições dispersas, e até mesmo de omissões significativas, no atual trato legislativo local da matéria traz ao cidadão, ao Poder Judiciário **e ao próprio exercício do poder de polícia administrativa** ⁽³⁾, na medida em que dificulta a realização

⁽²⁾ Nesse sentido a recomendação da abalizada doutrina: “O fenômeno da inflação legislativa é bastante debatido nos ambientes acadêmicos e políticos do mundo todo. Ao mesmo tempo em que as leis se multiplicam de forma cada vez mais acelerada para atender as demandas de um ambiente social de constantes mudanças, as fórmulas tradicionais do processo legislativo vêm se mostrando incapazes de garantir, ao mesmo tempo, a aceleração da produção das leis, com um controle rigoroso de sua qualidade. Pior do que isso, a multiplicação de leis esparsas, pontuais e de má qualidade, sem o necessário zelo integrativo, leva ao congestionamento dos ordenamentos jurídicos, com graves consequências para as sociedades. Aliando-se o excesso de leis (muitas das quais desnecessárias) às deficiências redacionais (ambigüidades, falta de clareza) e problemas de sistematização (sobreposição confusa de diplomas legais avulsos), o esforço das pessoas e das empresas para compreender e cumprir a lei é fator intimidador do desenvolvimento. **Mais grave ainda: um sistema legal confuso, além de gerar insegurança jurídica e falta de certeza sobre a efetividade do amontoado normativo, contraria fundamentos da democracia, na medida em que prejudica a acessibilidade do Direito e a compreensão do cidadão comum quanto à objetiva dimensão dos mandamentos jurídicos. Como reação a esse quadro de crise da lei, nas últimas décadas, algumas técnicas de organização legislativa vêm sendo desenvolvidas e empregadas. Os estudos aqui expostos procuraram identificá-las, mais especificamente no que se relaciona ao saneamento da legislação vigente pelo método da consolidação das leis**, com o objetivo de contribuir para o debate, necessário e urgente, sobre a organização legislativa na realidade brasileira” (RUBENS NAMAN RIZEK JÚNIOR, O processo de consolidação e organização legislativa, Tese de Doutorado (USP), publicado disponível in <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-26052010-160859/pt-br.php>, acesso em 26.11.10)

⁽³⁾ Nesse sentido: “Os problemas que possam atingir as leis, tais como contradições, lacunas, falta de clareza, inadequação de meios para se atingirem os objetivos propostos e falta de uma estratégia eficiente de comunicação, podem gerar dificuldades de conhecimento e interpretação das normas que estão em vigor e trazer sérios prejuízos ao cidadão, ao Estado e aos negócios, além de sobrecarregar o

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
(RESIDUAL, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Rua Mário Ribeiro, nº 261 – Bairro Centro – Guarujá/SP

CEP: 11410-190 – Tel: (0xx13) 3341-1660

Fax : (0xx13) 3352-3861

e-mail : elawyer@mp.sp.gov.br

dessa sabida forma de intervenção voltada à **contenção** dos **abusos** do direito individual que coloquem em risco a vida e a integridade de idosos em situação de acolhimento;

- i) a **evidente** competência legislativa **privativa** não enumerada do Município para disciplinar o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso e a criação e funcionamento do Fundo Municipal do Idoso ⁽⁴⁾, situação peculiar que **somente** os partícipes do processo legislativo local estão habilitados a resolver, justamente por conhecerem as circunstâncias e os problemas que ali se apresentam, reunindo, portanto, as melhores condições de atender aos anseios de seus representados.
- j) que insere-se dentre as funções do Ministério Público o fomento da atividade legislativa ⁽⁵⁾;

Judiciário com questões que poderiam ser resolvidas com uma legislação mais bem elaborada" (in brochura do Congresso Internacional de Legística: Qualidade da lei e desenvolvimento, Belo Horizonte, ALMG, 2007, redação de GABRIELA HORTA BARBOSA MOURÃO e RAQUEL MANSUR DE GODOY).

⁽⁴⁾ Nesse sentido o ensinamento de FERNANDA DIAS MENEZES DE ALMEIDA: "Pelo sim, pelo não, preferiu o constituinte expressamente proclamar que o Município legisla, e com exclusividade, sobre assuntos de interesse local. Cumpre reiterar, por fim, que no âmbito de sua competência constitucional o Município exerce a função de legislar sem submissão hierárquica, sendo inconstitucional a lei estadual e a lei federal que, desbordando dos limites das respectivas competências, invadiram o campo da competência municipal" (apud CELSO RIBEIRO BASTOS e IVES GANDRA DA SILVA MARTINS in Comentários à Constituição do Brasil, 3º volume, tomo II, artigos 24 a 36, Editora Saraiva, 1993, página 221).

⁽⁵⁾ Artigo 26, VII, da Lei Complementar Nacional nº 8.625/93 e artigo 104, VI, da Lei Complementar Estadual nº 75/93, ambos de seguinte teor: "No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: - sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração legislativa em vigor"

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
(RESIDUAL, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Rua Mário Ribeiro, nº 261 – Bairro Centro – Guarujá/SP

CEP: 11410-190 – Tel: (0xx13) 3341-1660

Fax : (0xx13) 3352-3861

e-mail : elawyer@mp.sp.gov.br

II - Venho respeitosamente, com assento no artigo e nos termos do artigo 113, §1º, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público - Lei Complementar Estadual nº 734/93, artigo 27, IV da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), artigo 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, e 2.º, inciso VIII, do Ato 156/98-PGJ, recomendar-lhe a **deflagração de processo legislativo** a fim de estabelecer os requisitos para autorização, funcionamento e fiscalização de Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI), **oferecendo o Ministério Público, desde já, em separado, minuta de anteprojeto de lei versando sobre a matéria em pauta.**

III - Fica fixado o prazo de noventa dias para resposta acerca da adoção das providências mencionadas (artigo 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93).

Nesses termos,

Subscrevo respeitosamente

Eloy Ojea Gomes

8º promotor de Justiça de Guarujá

Ao

Excelentíssimo Senhor Doutor

Válter Suman

Digníssimo Prefeito de Guarujá